

“DO DISCORRER DA MEMÓRIA NAS HISTÓRIAS DA EXPANSÃO”

ANA PAULA AVELAR

A partir do binómio Memória / Sociedade circunscrevemos as nossas deambulações discursivas ao nosso objecto de investigação, o discurso Histórico, nomeadamente traçando o campo de análise. Assim, partiremos de uma evidente interrogação, aquela que procura desvendar o papel que a memória teria desempenhado na vivência dos homens, ou melhor, o modo como estes a teriam manipulado na sua prática de aquisição do saber, do conhecimento, e da sua transmissão, num universo que se entende em si como o das *Histórias* escritas no século XVI.

É certo que tomamos a *memória* naquilo que definimos como a sua função social, enquanto instrumento que influiu directamente na construção de uma identidade colectiva. Subscrevemos, deste modo, Jacques le Golf quando este afirma: “The study of social memory is one of the fundamental approaches to the problems of time and history, in relation to which memory is sometimes retreating, sometimes overflowing.”¹

É igualmente claro que a memória colectiva funcionou ao longo da evolução humana como representando um dos elementos equacionados na luta pelo poder: o *esquecimento/o silêncio*, ou o *menção/a lembrança* elaboradas pela História, manipula a memória colectiva. Assim, a consciência da importância e função da memória social fundamenta o discurso histórico.

Não nos debruçamos sobre a utilização de uma prática memorativa no processo intelectualivo, ainda que ao longo dos tempos ela tenha sido objecto de análise de várias sociedades, formulando-se como solo construtor de um discurso intelectualivo – o retórico. A memória consubstanciar-se-ia como uma das cinco partes da retórica e seria indispensável para a interpretação do discurso. Ela funcionaria, portanto, como instrumento eficaz à acção da palavra proferida.

Contudo, no século XVI a arte da memória irá povoar as margens das disputas intelectuais', até porque a introdução da imprensa coloca outras questões como as que se relacionam com as áreas de difusão que o texto escrito atinge e o público ao qual é dirigido. Esta noção de repetição do texto, de reprodução do mesmo em séries idênticas, cria um objecto uniforme e repetível³, problematizando por isso mesmo a sua elaboração. A obra publicada corre não só nas fronteiras mais ou menos naturais da língua em que foi produzida, espalhando-se também os seus círculos de difusão radialmente, nomeadamente através da sua tradução. Neste campo deve-se equacionar contudo toda uma série de questões próprias, como a fidelização ao objecto primeiro ou a praticabilidade dos instrumentos linguísticos utilizados. Mas estas são outras faces do objecto em análise.

O discurso ganha obviamente no Humanismo tonalidades que conciliam a síntese entre uma interioridade e a válida eloquência. A palavra impera como elemento a interrogar no trabalho histórico, ganhando contornos que podem tocar a anagoria, como acontece com Gaspar Correia⁴ ou a sua formação enquanto objecto e funcionalidade, como o faz João de Barros. Com efeito, Barros formula-a numa nitida inscrição platónica da conceptualização da palavra, e da escrita, a qual se situaria, segundo Platão, do lado da exterioridade: "(...) como a mimética, dá a ilusão do vivo, sendo silenciosa e morta (...)"⁵

João de Barros partiu da descrição do mecanismo da fala, a qual se formaria mediante a acção do palato, língua, dentes e beiços, e de um respiro de ar movido dos bofes, causado por uma potência a que os latinos chamam *affatus*. O resultado seriam palavras significativas as quais captadas pelo ouvido, *seu natural objecto*, representariam ao entendimento *diversos significados e conceitos segundo a sua disposição*.

O cronista prossegue a sua exposição, continuando a discorrer sobre os processos mecânicos da leitura. Afirma, por exemplo, que os caracteres das letras são dispostos segundo uma ordem significativa, atribuída por cada *nação* ao seu alfabeto. Essa disposição surgia em função das línguas nacionais. Por seu turno, a visão é o objecto receptivo destes caracteres, formando, segundo ele, a *essência das cousas* e os *racionais conceitos*. Estes são transmitidos pela fala, a qual em seu *ofício* os denuncia.

É exactamente partindo da exposição de uma certa mecanicidade dos sentidos que Barros toca outras questões dela decorrentes, como a comunicabilidade do que é expresso e a sua memória, entendida esta como um perdurar no tempo. A equação destas questões parte do princípio platónico já enunciado. Consequentemente, este cronista da Expansão escreveria que: "(...)a elocução artificial das letras per beneficio de perpetuidade precedesse ao natural da fala. Porque esta sendo animada não tem mais vida que o instante da sua pronunciação, e passa a semelhança do tempo que não tem regresso: e as letras

sendo uns caracteres mortos e não animados, contem em si o espirito da vida pois andam a cerca de nós(...)"⁶.

O interesse pelas formas de escrita, mesmo no que diz respeito ao grafismo (recorde-se o seu interesse pelos caracteres chineses), e pela constituição da língua, é algo de presente na escrita de Barros. Estas preocupações ecoam no seu discurso histórico, tendo sido objecto de tratamento específico da sua parte. Por outro lado, enquanto gramático, encontramos as ressonâncias de uma correspondência lógico-gramatical, na sua busca da *natureza das coisas*. São suas a *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja*, a *Gramática da Língua Portuguesa* ou o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*⁷.

Este trabalho da língua inscreve-se numa concepção renascentista da mesma. Estamos perante uma revisão do conceito e esquema gramatical num considerar da diferença das línguas vernaculares relativamente ao latim. A própria introdução da imprensa e a necessária exigência de uma uniformidade regular na ortografia praticada, acentua este posicionamento.

É necessário que a escrita seja clara e perceptiva a um núcleo alargado de leitores. O papel da palavra escrita na construção da memória colectiva, exige que ela obedeça a critérios de clareza e que tenha em atenção uma multiplicidade de públicos a que o texto se dirige. Para que a comunicação se estabeleça é necessário que exista uma memória comum, a qual convive com as memórias diferenciadas⁸. A amplitude da sua acção desenvolver-se-á, sem dúvida, no alargamento do público leitor/ouvinte.

Historiar passará assim, no século XVI, por uma problematização que envolveria a utilização da língua vernacular, assim como pela dupla realidade de um texto que vive ainda da oralidade. Os textos são, numa primeira fase, apresentados oralmente pelo autor a um Mecenaz, que no caso das crónicas da Expansão, seria o monarca. João de Barros relembra no seu prólogo à primeira *Década* o trabalho que desenvolveu na *Crónica do Imperador Clarimundo*, a qual funcionaria como prática de um discurso histórico envolto naquelas que seriam as fronteiras de uma prática do historiar.

Manuel Severim de Faria refere em João de Barros a prática classizante na sua escrita da História, pois para este: "É a História (...) o sujeito mais capaz da oratória que nenhum outro, porque nela se usa do género demonstrativo, contando vários feitos, condenando os vícios e louvando as virtudes; e do deliberativo, introduzindo orações, conselhos e discursos, e muitas vezes do judicial, o qual raramente se aparta do deliberativo.

Em todos estes géneros é esta história de João de Barros admirável(...)"⁹.

A importância da língua vernacular é igualmente espelhada por outros cronistas da Expansão. Fernão Lopes de Castanheda escreve contra o engano que alguns teriam de que: " (...) na língua portuguesa não se podia escrever quanto

quisessem assim como nas outras, se houvesse quem o soubesse fazer e ajudou-me a mostrar esta verdade aquele grande poeta de muito grande erudição Francisco de Sá, com as obras que tem compostas(...)”¹⁰. Francisco Sá de Miranda seria o cultor da língua portuguesa e da introdução de um novo estilo, sendo venerado pelos seus pares, tornando-se para este o exemplo da modernidade.

A língua vernacular espelharia a memória colectiva distinta de um povo. Enquanto instrumento de transmissão da sua singularidade na multiplicidade dos Estados/nação, ela funcionaria como instrumento da memória. Esta ideia é claramente expressa por Fernão de Oliveira, autor da primeira gramática da língua portuguesa impressa em 1536¹¹. Fernão de Oliveira seria, ele próprio, um homem do seu tempo, dividindo a sua escrita por obras tão diversas quanto a *Arte da Guerra e do Mar* publicada em 1554, o *Livro da Fábrica das Naus* que permanece manuscrito até ao século XIX ou uma *História de Portugal*, cujos fragmentos se encontram na Biblioteca de Paris¹².

Este homem do Renascimento delinea a funcionalidade pragmática da língua relativamente à memória, escrevendo: “(...) apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade a memória dele e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados porque a semelhança é causa do amor e mais em as línguas.”¹³

O valor memorativo da escrita da História e desta sua assunção, espelhar-se-ia, por excelência, na crónica, seja esta a régia, seja a da Expansão. Recorde-se a propósito as crónicas sobre os monarcas que desenvolveram as políticas de Expansão, nomeadamente D. Manuel e D. João III. No prólogo à *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Damião de Góis assinala aquele que seria o método de abordagem de todos os que se debruçam sobre “os cuidados das Crónicas.”

Góis chama a atenção para o facto de *muitos e graves autores*, no início das suas obras, trabalharem por louvar a História, afirmando que: “(...) tudo o que dixeram foi sempre muito menos do que se deuia dizer (...)”¹⁴. Deste modo, acentua por um lado, a contenção discursiva dos textos introdutórios o *prodesse*, e, por outro, esboça a sua própria filosofia da História, assim traduzindo quer o ritmo inerente à sua natureza, quer a inerente condição limitativa do discurso histórico.

Como Góis explicita, a História: “(...) he infinita, assi seus lououres nam tem fim, nem termo a que possam reduzir, & pois tudo o trattado nesta parte, he quasi nada em comparaçam do que deue ser (...)”¹⁵. Além disso, o trabalho da História implica a selecção dos factos, e, necessariamente, a conceptualização da acção do Homem.

Exemplares são as palavras de Francisco de Andrade que, na dedicatória a Filipe III de Portugal, a propósito do relato das *cousas de África*, escreveria: “(...) em muyta quantidade de papeis que reuoluy, & outros que se me offerecerão, alguas

cousas erão tão friuolas & de tão pouca sustancia, que me parecerão impertinetes para a grandeza & autoridade do sogeito desta história, & outras me pareceo que erão pouco autenticas, que receey porme a risco de serem julgadas por pouco verdadeiras, que he o de que nas materias desta qualidade mais se deue fugir(...)¹⁶.

Isto, apesar de, frequentemente, o cronista se auxiliar, mimeticamente, da obra de Gaspar Correia, sem referenciar a sua fonte, procedimento aliás frequente nesta época. As *Lendas da Índia* transmitem o desfilhar de personalidades que numa nítida construção de uma imagem, de uma personalidade, consubstanciam aquilo que para alguns teóricos da História evoca a representação do Homem pelo pensamento cristão.

Collingwood é um desses teóricos. Para ele, o Homem do Renascimento era entendido numa vertente diferente da da filosofia antiga, na qual este seria percebido como o elemento que dominaria as suas acções e criaria o seu próprio destino. Para este filósofo da História, nos historiadores do Renascimento, o Homem seria concebido como uma criatura com paixões e impulsos, sendo o discurso historiográfico amplamente influenciado por tal princípio, e tornando a narrativa decorrente como a *História das Paixões e impulsos*¹⁷.

Esta ideia é a imagem que sobressai do discurso histórico escrito em Portugal no século XVI, seja numa crónica régia, seja numa crónica da Expansão, ou numa qualquer *Memória* histórica – reportemo-nos à narrativa de um cerco, ou a um discurso cuja centralidade ganha numa narrativa historiográfica, a descrição da actuação deste ou daquele interveniente na Expansão; refira-se a título de exemplo a *História das Cousas que fez o mui esforçado Capitão Dom Christouão da Gama*.

A memória implica uma selecção de factos. Além disso, ela desempenha um duplo movimento o de ultrapassar a morte/atraves da permanência num tempo e o esquecimento do que não é referenciado. Tal atitude subordina-se a um providencialismo na conceptualização do devir histórico; perspectiva que se consubstancia na escrita do *Passado*.

A figura tutelar da História sob o olhar da providência, enleada pela *Fama Bona* e pela *Fama Mala que sobre o Mundo se debruçam*, auxiliada pela experiência e pela Verdade, vence a Morte e o Esquecimento. Ainda que tradutora de uma ideia, a de Walter Raleigh, na sua *History of the World*, de 1614, exemplifica uma conceptualização que se vai construindo ao longo da Modernidade¹⁸.

Recorde-se a propósito as deambulações do *Soldado Prático*, de Diogo do Couto, e a sua interpretação do que seria a Sexta Idade, entendida como a sua. Esta teria sofrido o castigo de Deus, segundo o cronista, aplicado devido aos pecados particulares: "(...) em tanto reino cristão, Grécia, Hungria e outros, que tão oprimidos estão com o jugo do Turco nas Alemanhas altas e baixas; por pecados vimos castigar a vila de Schilstauna no Friburgo de Brisgoia, quase três léguas de Basileia, qual em espaço de uma hora se queimou toda, a 10 de Abril, Quarta-feira

de Trevas(...)”¹⁹. Diogo do Couto prossegue com a enunciação das contínuas guerras na França, Flandres e Inglaterra, não deixando de evocar a Espanha e a sua entrega a Mouros, ou mesmo Portugal que teria passado os flagelos de terremotos, pestes e fomes.

A perenidade dos estados é evocada nomeadamente devido ao papel pedagógico que a História deverá desempenhar junto dos Príncipes. Evocando o mesmo propósito do valor dos vassallos na perpetuidade dos Estados – das Nações, Fernão Lopes de Castanheda adverte: “A monarchia dos Gregos & dos Romãos(...)”²⁰, não deixando de ser peculiar esta acepção de monarquia. Estas teriam sido “(...) muyto mayores que (...) pareceo que auião se someter todo o mundo a seu imperio quasi que não durarão nada pera ho começo que leuauão: & assi outras muytas de barbaros, gregos, & latinos, que se apagarão: de maneira q não ha nenhuma memoria delas. O que tudo foy por culpa dos vassallos destes monarchas(...)”²¹.

Para Castanheda, tal não seria o exemplo dos vassallos portugueses, os quais auxiliariam a perpetuidade do Império português. No fundo, esta conceptualização do autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, subscreve a disputa encetada por Baldo sobre a ideia de Imperador. Segundo Ernest Kantorowicz, este afirmaria: “(...) The cause of corruption namely is, all by itself, Time...; and although the empire is forever..., it nevertheless does not remain in the same status because it dwells in continuous motion...”²²

Contudo, o percurso para que a perenidade do Império fosse preservada radicaria num governo prudente, o qual reside na lição da História. Estamos sem dúvida em presença do princípio sempre recordado de Marco Túlio Cícero que, no dizer de frei António da Beja na sua *Breve Doutrina e Ensinança dos Príncipes*, escreveria sobre as três cousas necessárias à perfeita prudência: “(...) a memória das cousas passadas, conhecimento das cousas presentes e providencia das cousas futuras e por vjir.”²³

Dai a importância evocada por Gaspar Correia nas suas *Lendas da Índia* do escrever a História, pois “(...) nos começos das cousas da India forão cousas tão dou-radas que parecia que não tinham debaxo o ferro que depois descobrirão (...)”²⁴. O exemplo deverá ser a prática, pois o mau uso da História será sem dúvida contraproducente. Deste modo, João de Barros justifica o facto de apesar de poder ser verdade, “(...) não se diga (...) principalmente das cousas que tratam da infamia de alguém ainda que verdade sejam.”²⁵

Tal não é o princípio norteador de todos os que escrevem a *História* neste século XVI, no entanto, o gravar do facto tem sempre implícito o elemento memorativo. Podemos afirmar que na historiografia portuguesa quinhentista se encontra subjacente ao escrever a História uma metodologia mais ou menos comum, estruturada segundo princípios classizantes. Contudo, a sua assunção,

explicitada sob a forma de um *método*, não aparece individualizada sob a forma de uma obra, como aconteceria por exemplo com Jean Bodin e a sua *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, impressa em Paris em 1566.

Como construtor de um Método, este historiador francês escarpeliza a necessária relação entre a *Ars Memoria* e a *Ars Historica*. Para ele, é essencial, por um lado, diferenciar a História como memória constitutiva de todo o conhecimento, corporizando as *Histórias* sucessivos graus do mesmo, e, por outro, conhecer as *Histórias* como *dispositivos de leitura* que possibilitam a sua melhor manipulação e enriquecimento²⁶. Outras relações e hierarquizações poderão ser ou foram estabelecidas. A sua enunciação não cabe no âmbito desta reflexão.

A aliança entre a Memória e a História esteve sempre presente na conceptualização do discurso historiográfico, seja a nível da construção de um *método*, seja na implícita inserção na estrutura narrativa desta ou daquela *História*. No Renascimento, a ordenação do discurso encontra-se obviamente aliada a uma activação artificial da imaginação onde o actor histórico é valorizado. No entanto, um quadro explicativo mais geral vai-se impondo, visto não ser suficiente o simples estabelecimento de nexos causais para a explicação da *Res Historica*. Analisá-los é um dos nossos futuros propósitos.

Notas

¹ Jacques Le Goff, *History and Memory*, New York, Columbia University Press, 1992, p. 54.

² *Ibidem*, p. 82.

³ Cf. Roland Barthes, Eric Marty, "Oral/Escreto" in *Enciclopedia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, II, 1987, p. 55.

⁴ Recorde-se as *Lendas da Índia* e o seu primeiro prólogo onde o cronista apresenta os princípios que nortearam a sua obra. Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello e Irmão Editores, 1975, I, p. 2.

⁵ Cf. Roland Barthes, Eric Marty, *op. cit.*, p. 156.

⁶ João de Barros, *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente - Primeira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 1-2. (ortografia actualizada)

⁷ Cf. Maria Leonor Buescu, *Textos Pedagógicos e Gramaticais de Joao de Barros*, Lisboa, Verbo, 1969.

⁸ Cf. Helena Carvalhão Buescu, *Em busca do autor perdido*, Lisboa, Cosmos, 1998, p. 34.

⁹ João de Barros, *Clarimundo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1953, I, p. 34.

¹⁰ Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão, 1979, I, p. 494. (ortografia actualizada).

¹¹ Não cabe no âmbito deste nosso trabalho explanar as discussões travadas nos círculos intelectuais relativamente ao facto de ser esta a primeira gramática em contraponto ao texto de João de Barros. Para tal explicitação confronte-se Maria Leonor Buescu, *A Gramática da linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, p. 18-22.

¹² Cf. Maria Leonor Buescu, *op. cit.*, p. 18.

¹³ *Ibidem*, p. 45.

¹⁴ Damião de Góis, *Cronica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949, p. 1.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1976, pp. LXXI-LXXII.

¹⁷ R. G. Collingwood, *A Ideia de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1978, p. 78.

¹⁸ Cf. Beverley Southgate, *History: What & Why?*, London, New York, Routledge, 1996, p. 44.

¹⁹ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1980, p. 136.

²⁰ Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello e Irmão- Editores, I, P. 869.

²¹ *Ibidem*.

²² Ernst H. Kantorowics, *The King's two Bodies*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1997, p. 299.

²³ Frei António da Beja, *Breve Doutrina e Ensinança dos Principes*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, p. 152.

²⁴ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, I, p. 1.

²⁵ João de Barros, *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, prólogo da III Década.

²⁶ Cf. Marie-Dominique Couzinet, *Histoire et Méthode à la Renaissance*, Paris, Vrin, p. 64.